



27 de maio de 2020

É urgente que a direção da Apeoesp abandone as reuniões virtuais e convoquem as assembleias, regionais e estaduais.

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Aprovar a rejeição à farsa do EaD. E levantar a bandeira de um único sistema de ensino, público, gratuito e científico.

Responder com os métodos próprios dos trabalhadores a política de Doria e Rossieli

No início da quarentena, no dia 18/03, a SEDUC junto com o Conselho Estadual de Educação publicou a primeira deliberação (CEE 177/2020) que fixou as normas para alterar o calendário letivo de toda a rede de ensino paulista: pública, privada e superior, diante da pandemia. A direção sindical da APEOESP publicou, no dia 19/03, um informe que dizia que o professor não estava obrigado a cumprir um calendário de atividades não presenciais neste período, mas, ressaltou também, que a deliberação não proibia a possibilidade disso acontecer. Cabe lembrar que 18 de março estava marcada uma assembleia estadual e também o “Dia Nacional de Luta”, ambos desmontados. O recuo nesta ocasião consistiu numa dura derrota para a categoria, que não teve como aprovar um plano mínimo em sua defesa. Os professores, isolados e sem um plano de luta, ficaram submetidos às resoluções e decretos que se deprenderam dessa deliberação, e foram obrigados a retomarem o ano letivo, conforme calendário da SEDUC com atividades e aulas não presenciais, que tiveram início no dia 22/04 para os professores, e a partir do dia 27/04 também para os alunos com aulas transmitidas pelo aplicativo CMSP (Centro de Mídias de São Paulo).

Apesar do reconhecimento imediato da direção sindical APEOESP, de professores, pais e alunos da inviabilidade do cumprimento de um calendário com aulas não presenciais, dado as desigualdades sociais da juventude e da categoria, não foi aprovado um plano de resistência às imposições do calendário da SEDUC, que aproveita a quarentena para avançar com o EaD no ensino básico.

E o que fez a APEOESP? No dia 08/04, a GEDUC (Grupo de Educação Especial da APEOESP) protocolou no Ministério Público uma representação contra a “farsa do EaD de Doria e Rossieli”. O argumento era sobre a defesa de acesso universal ao ensino e que o modelo do governo feria esse princípio, por não assegurar meios aos alunos para acessarem as atividades remotas e o aplicativo. Até este momento, a direção sindical não havia falado sobre nenhuma alternativa de EaD e se posicionava contrária, mesmo que no legalismo, a retomada de atividades à distância durante o surto da Covid-19.

Após a aprovação virtual de um “plano de luta” no dia 17/05, a direção da APEOESP, deu uma virada, e passa a apresentar uma “alternativa” de projeto ao EaD. Deliberou uma campanha e uma “jornada de luta” e encaminhou o boletim às subseções para debater virtualmente em Reuniões de Representantes (R.E). Em Caraguatatuba, a reunião virtual aconteceu no dia 23/05, foi esvaziada e *proforma*. Contou com a participação de 13 pessoas, a maioria de conselheiros da chapa 1 articula-

ção/PT, que compõe a direção regional.

Destacamos três pontos centrais da pauta burocrática, apresentada pela direção da Apeoesp: 1-) A proposta da Apeoesp de construção de uma alternativa de EaD; 2-) A campanha de impeachment à chapa Bolsonaro e Mourão; 3-) Instituição de uma renda básica cidadã para o estado de SP.

I-) Construção de uma alternativa de EAD.

Em reunião com a executiva no 22/5, as correntes que dirigem a APEOESP debateram um “projeto educacional digital direcionado aos estudantes das escolas públicas, com especial enfoque no incentivo à leitura e à reflexão, em contraponto à farsa do EaD do governo estadual”. O problema central é que de contraponto essa medida não tem nada, e ainda mostra a corroboração com as imposições de atividades não presenciais durante a quarentena do governo.

Apesar de não ter apresentado essa “alternativa de EaD”, desde o início da pandemia, a direção da APEOESP nunca se opôs ao EaD. Nos governos de Lula foi implantado e ampliado políticas e instituições, principalmente privadas, de ensino à distância, a exemplo do ProUni e da UAB (Universidade Aberta do Brasil). Apesar da direção Bebel/PT classificar o decreto 64.982/2020, que institui o CMSP (Centro de Mídias de São Paulo) de “cavalo de Tróia”, enfatizando que este terá sequência após a quarentena, não tardou em remendar com o governo, apontando para um projeto “alternativo” de atividades não presenciais.

Rejeitar integralmente qualquer forma de ensino à distância.

É importante destacar porque a CPE defende a rejeição integral ao ensino à distância. A continuidade do calendário letivo na pandemia tem como propósito cumprir com as contrarreformas, que visam extrair lucro da educação pública. O objetivo é fazer avançar o que já estava previsto na Reforma do Ensino Médio de 2016 e na elaboração das Novas BNCCs (Fundamental e Médio). Essa medida tem como fundamento a necessidade do capitalismo, em sua fase de decomposição, de descarregar as crises, aprofundando ainda mais as formas de exploração, para isso é imprescindível à burguesia transformar a educação em mercadoria. O avanço de um sistema de ensino à distância, em maior ou menor grau, como defende o PT e aliados, é a via de destruição da escola pública, do desemprego e da exclusão, seu avanço mesmo que “alternativo”, como quer ludibriar a direção da APEOESP, não pode alcançar os milhões

de jovens e trabalhadores que dependem da escola pública, que amargam as consequências da crise econômica e sanitária.

A categoria de professores isolada e sob essa política sindical reformista/conciliadora está submetida ao autoritarismo das diretorias de ensino e das gestões escolares, neste período de isolamento. O documento da SEDUC para a realização das atividades não presenciais é genérico. Deixou nas mãos dos tarefeiros da educação uma forma aleatória de transmitir e recolher as atividades enviadas aos alunos. No documento, fica a cargo das diretorias de ensino e das unidades escolares uma forma de contatar os alunos e os professores, assim, medidas abusivas vêm sendo relatadas na entrega dessas atividades. Muitos professores foram obrigados a formar grupos de whatsapp para atender aos alunos, bem como a disponibilizar e-mails particulares. Como há um número reduzido de entregas de atividades, coordenadores tendem a culpar o professor por não ter entregado um roteiro de estudo “atraente”, exigem também relatórios e plano de aula para atividades intensivas. Essa pressão é fruto da diretriz do documento governamental, que estabelece a frequência de professores e alunos mediante entrega das atividades remotas.

Neste contexto, as orientações da SEDUC e o calendário letivo seguem em curso para encerrar o 1º bimestre. Até mesmo avaliações externas AAPs (Avaliação de Aprendizagem em Processo) devem ser cumpridas, a norma é para os alunos retirarem na escola a avaliação impressa e devolver até dia 29/05. Para concluir, estabeleceu um conselho de classe/série para o começo de junho para fechar o bimestre e dar sequência ao 2º bimestre nos mesmos “moldes” não presenciais.

Diante do número reduzido de participação dos alunos, a direção do sindicato propôs que os professores preencham um formulário sobre essa situação desastrosa do EaD. Com isso, quer que o professor individualmente cumpra essa tarefa, que certamente, não tem função prática.

2-) Campanha pelo impeachment de Bolsonaro e Mourão.

Essa bandeira tem um caráter claramente eleitoral, desviando a categoria e demais explorados de suas reivindicações e de seus métodos de luta. Trata-se de uma bandeira do PT e aliados, que arrastou as correntes de esquerda. Apresentam como saída para a crise política, o afastamento de Bolsonaro pela via institucional - Congresso Nacional e judiciário. Exatamente no momento em que agrava a crise econômica e os governos impõem duras medidas contra os trabalhadores - como a MP936 que reduz os salários e a farsa do EaD - e a maioria oprimida é duramente atingida pelo coronavírus, o PT e as correntes seguidistas se agarram nas bandeiras “Fora Bolsonaro” e impeachment, visando substituir um governo burguês por outro governo burguês. Essa prática desarma os explorados e favorece a burguesia, desviando do caminho da organização da luta.

O que os trabalhadores devem rejeitar essa via burguesa do impeachment e defender o caminho da luta direta. Daí a importância da convocação de assembleias para aprovar um plano próprio de emergência, capaz de unificar professores e demais trabalhadores, para enfrentar o governo ultradireitista de Bolsonaro. Será na luta pelas reivindicações de emprego, salário, direi-

tos e contra as medidas antinacionais e antipopulares que os explorados enfrentarão Bolsonaro, Mourão, Maia, Covas e Doria.

3-) Instituição de uma renda básica cidadã para o estado de SP.

Outro ponto apresentado pela burocracia foi “A proposta de que a Assembleia Legislativa aprove uma lei instituindo uma renda básica cujos valores variem de R\$ 600,00/ R\$ 1.200,00 de acordo com critérios a serem estabelecidos, visando assegurar condições dignas de sobrevivência para os setores sociais mais atingidos pela atual situação de pandemia”. Os burocratas querem que os deputados, maioria vinculada a Doria, transforme o auxílio dado por Bolsonaro em renda básica. Quer que os professores acreditem que os deputados possam criar uma lei para favorecer os “mais atingidos pela pandemia”. Na realidade, essa é a política do PT, tendo à frente a deputada e presidente da Apeoesp, Maria Isabel. Já ficou evidente que a política dos governantes e dos parlamentares é a de favorecer os capitalistas. Basta ver as volumosas cifras dos “benefícios” destinadas à burguesia e a miséria que foi entregue aos pobres e miseráveis, durante a pandemia.

O isolamento social vem se esgotando, o retorno ao trabalho já acontece. Não se trata de desviar a atenção dos trabalhadores para projetos reformistas a serem barganhados na Assembleia Legislativa. O retorno ao trabalho exige que as direções se coloquem pela organização da luta, com os métodos que são próprios dos explorados. Esse projeto de “renda básica”, na realidade, serve de freio à organização dos trabalhadores.

Conclusões

1. É urgente que a direção da Apeoesp abandone as reuniões virtuais e convoquem as assembleias, regionais e estaduais, objetivando:
 - a) Aprovar a rejeição à farsa do EaD. E levantar a bandeira de um único sistema de ensino, público, gratuito e científico;
 - b) Defender a maioria oprimida da pandemia. Denunciar o fracasso da política burguesa do isolamento social. E erguer a bandeira da estatização da rede privada de hospitais, sob o controle dos trabalhadores. Portanto, um único sistema de saúde, inteiramente voltado a proteger a maioria explorada;
 - c) Organizar os professores para enfrentar a privatização da educação (pela via do EaD) e a política de Doria de fechamento de salas de aula, portanto, de desemprego e subemprego;
 - d) Retomar a campanha contra a reforma da previdência e pelo reajuste imediato dos salários;
 - e) Unificar os professores com os demais trabalhadores para combater as contrarreformas, trabalhista, previdenciária e educacional;
 - f) Rejeitar as bandeiras e métodos que desviam do caminho próprio dos explorados, que é o da luta direta contra a burguesia e seus governantes;
 - g) Que as centrais e sindicatos abandonem a passividade e se coloquem por preparar o combate ao governo direitista de Bolsonaro, organizando a luta nas ruas contra a MP 936, as demissões e as reformas trabalhista e previdenciária.